

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE CIANORTE-PR

Apresentação do Plano de Mobilidade Urbana e dos projetos realizados e em andamento pela PROENGE / DIRETRAN

DATA: 13 de abril de 2023
HORÁRIO: 19h30
LOCAL: Câmara Municipal

A apresentação do documento por escrito poderá ser enviada para o e-mail: transparencia@proenge.pr.gov.br até 5 dias antes do evento.

PREFEITURA DE CIANORTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 29/2023 – Processo 1127/2023

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que Ratificou com a empresa A. G. C. V. MERCADO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.127.184/0001-79, para **Aquisição de gêneros alimentícios para o preparo da merenda escolar da rede municipal de ensino**, pelo valor total estimado de R\$ 770,00 (Setecentos e setenta reais), e prazo de execução e vigência: 90 dias; mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

Pago Municipal Wilson Ferreira Varella, em 29 de Março de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N.º 331/2023 – LCT-PMC

PARTES:
MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa A. G. C. V. MERCADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. América, 915, Zona 06, CEP 87205074, na cidade de CIANORTE, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.127.184/0001-79.

FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Dispensa nº 29/2023.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o preparo da merenda escolar da rede municipal de ensino.

VALOR: R\$ 42.443,00 (Quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três reais).

PRazo DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 90 dias.

Pago Municipal Wilson Ferreira Varella, em 29 de março de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO TOMÉ
C.N.P.J. 75.381.228/0001-78 – Carta Sindical nº 308.747/771
Utilidade Pública Municipal - Lei nº 040/2005
Praça Professor Pedro Fecchio, 200 – São Tomé-Pr. - CEP 87220-000
Fone/fax: (44) 3607-1284 – E-mail: stsratoeme@hotmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores rurais da lavoura canieira, empregados da empresa Agrocaña, Companhia Melhoramentos, Usina Santa Terezinha Unidade Rondon, Tapejara, São Tomé, e Cidade Gaucha, Teston Mecanizada e demais empresas, que contrata mão de obra assalariada rural neste município, associados ou não do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Tomé, Indaiatuba e Cidade Gaucha, para se reunirem, de acordo com o Lei 7.783, de 28.06.89 e Artigos 611 e 659 da Consolidação das Leis do Trabalho e demais disposições da matéria, em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada dia 10 de Março de 2023, às 15:00 horas em primeira convocação, na Praça Pedro Fecchio nº 200 - Fundos na cidade de São Tomé, para deliberação da seguinte ordem do dia:

- 1) Apreciação, discussão e deliberação sobre o percentual de aumento salarial e outras reivindicações de caráter econômico e social, visando a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho ou Dissídio Coletivo ou deflagração de greve da categoria;
- 2) Deliberação sobre a autorização à Diretoria do Sindicato outorgar poderes especiais a essa Diretoria, com objetivo da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho ou deflagração da greve. Não havendo possibilidade de negociação coletiva, a instauração do Dissídio Coletivo de interesse dos Trabalhadores rurais da lavoura canieira, nos limites da base territorial dos sindicatos;
- 3) Deliberar sobre a fixação da contribuição assistencial anual a ser descontada de todos os trabalhadores da área canieira, sócios ou não do sindicato, uma vez que as conquistas da negociação serão extensivas a toda a categoria, para fins assistenciais;
- 4) Deliberar sobre a autorização de desconto da Contribuição Sindical em conformidade com os artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- 5) Deliberar sobre a autorização de desconto da Contribuição Confederativa de acordo com o que dispõe o Inciso IV, do artigo 8º da Constituição Federal e da assembleia geral extraordinária realizada no dia 27/04/1991.

Não havendo, na hora acima indicada, número legal de trabalhadores presentes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a assembleia será realizada uma hora após, ou seja, às 16:00 horas, do mesmo dia e local, em Segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, de conformidade com os Estatutos Sociais.

São Tomé, 29 de Março de 2023

Marcelo José Sereñini
Presidente do Sindicato dos Trab. Rurais de São Tomé

CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.cicenop.com.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018 ORUINDO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2018, CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 01.178.931/0001-47, com sede na Rua Piratininga, 63 – Centro, na Cidade de Cianorte, Paraná, CONTRATADA: CENTRAL DE APOIO VALE DO IVAI SC LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.891.162/0001-18, com sede na Rua Antonio Martins de Araújo, nº 111 – casa – Jardim Botânico, na Cidade de Curitiba - Paraná.

OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa para prestação de serviços de: Hospedagem em quarto coletivo – ala masculino e feminino, incluindo alimentação consistente no mínimo de café, almoço e jantar e transporte ida/volta aos hospitais de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba dos pacientes em TFD – Tratamento Fora do Município e acompanhantes. Hospedagem em quarto de isolamento individual para paciente + acompanhante com banheiro e cozinha individual contendo no mínimo geladeira ou frigobar, fogão, micro-ondas e utensílios básicos para preparo da alimentação consistente no mínimo de café, almoço e jantar e transporte ida/volta aos hospitais de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba.

OBJETO DO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 101 / 2018, pelo período 31 de Março de 2023 até 01 de Agosto de 2023.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00.00 Fone 1001. RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditada, ficando este Termo como parte integrante e complementar daquela, a fim de que juntos produzam um só efeito.

FUNDAMENTO: Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 101/2018, bem como Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições fixadas no Edital. O Termo aditivo de prorrogação entrará em vigor na data da sua assinatura sendo condição indispensável para a sua eficácia, a publicação em Órgão Oficial. Cianorte, 29 de Março de 2023.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CIANORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade supra, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e a Legislação vigente, e visando dar oportunidade de maior participação dos trabalhadores, C O N V O C A os senhores associados em dia com suas obrigações sociais bem como os integrantes da categoria profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, Estuadores, Bombelheiros Hidráulicos e Engenheiros Consultivos), Oficiais Eletricistas e Trabalhadores na Indústria de Instalações Elétricas, Hidráulicas, Gás e Sanitárias; Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Cimento Amado, Produtos de Cimento em Geral, Ladrelhos Hidráulicos; Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para Construção e de Olaria; Trabalhadores na Indústria de Mármores e Granitos; Trabalhadores na Indústria de Montagens Industriais e Serviços Relativos à Instalação e Manutenção do Gasoduto; Trabalhadores na Indústria de Pintura, Decorações, Estuques, Ornato e Gesso, Construção Pesada e Instalação elétrica, que tem a data-base no mês de junho, dos municípios de: Altonia, Araruna, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaucha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaporero, Icaraima, Indaiatuba, Iporã, Ivatã, Japurá, Jussara, Maria Helena, Nova Olímpia, Pírola, Rondon, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Tuiueiras do Oeste e Xambêr, no dia 06 de abril de 2023 (quinta-feira), às 05:00 horas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 dos associados quites, ou às 05:30 horas em segunda convocação, caso não haja quorum, com a presença mínima de 1/3 dos associados quites, na sede do Sindicato, sito a rua Alvares Cabral, 140, na Cidade de Cianorte – PR, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Apreciação, discussão e deliberação sobre rol de reivindicações da categoria visando a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho para o período 2023/2024;
- b) Discussão e deliberação para fixar os pisos salariais da categoria;
- c) Apreciação, discussão e deliberação e autorização expressa e prévia dos trabalhadores representados, filiados ou não ao sindicato, e benefícios do instrumento coletivo, anuindo, coletivamente, de modo prévio e expresso, aos descontos salariais a título de contribuição negocial, destinada a entidade sindical, nos termos do Estatuto Social e do Art. 545, da CLT (lei 1346/2017);
- c.1) Autorizar o Sindicato notificar a empresa (art. 545 da CLT), acerca da redução das contribuições e respectivo repasse ao sindicato;
- d) Autorização para a Diretoria do Sindicato negociar o rol de reivindicações, inclusive para nomear comissões ou árbitros e frustradas as negociações, autorização para outorgar mandato para ajuntamento de dissídio coletivo;
- e) As deliberações constantes dos itens "a" a "d" do presente edital, serão tomadas por escrutínio secreto, conforme previsto estatutário, cujas deliberações serão válidas se aprovadas por mais de 2/3 dos presentes.

Cianorte, 30 de março de 2022 – SEBASTIÃO LIMA DA SILVA - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 187/2022-PMJ

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **ROBISON PEDROSO DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 1.128.343-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 007.100.699-01, e de outro lado a empresa **REAÇÃO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 09.518.207/0001-27, e-mail: arghirotto@uol.com.br, Tel: 44-3244-6552, situada na rua Joana Barbani Bolognese, nº 500, CEP nº 87.140-000, na cidade de Paucanda, Estado do Paraná, neste ato representada por Sua representante legal, Senhora **JULIANA GHIROTTI**, inscrito no CPF sob nº 008.719.809-67, e portadora do RG sob nº 8.624.358-0, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 187/2022 de 12/12/2022, identificador nº 2730 na Modalidade de Pregão Presencial Nº 108/2022-PMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL
Novo prazo para conclusão de tramites de pagamento até **30/03/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE DA VALORES
As partes pactuam o acréscimo de 13,31%, referente a R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais) ao valor total do contrato **187/2022**.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES
As demais cláusulas do contrato inicial de 12 de dezembro de 2022 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 10 de março 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	REAÇÃO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME JULIANA GHIROTTI CONTRATADO
--	--

TESTEMUNHAS:

Éder A. M. Marques CPF: 087.719.649-40	Josué Vieira dos Santos CPF: 815.473.319-68
--	---

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2023- PMJ
TIPO: Menor Preço, por Item
Natureza: Registro de Preços

O Município de Jussara, Paraná, torna Público para conhecimento dos interessados a realização de Licitação, no dia **18 de abril de 2023, às 09:00h**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, para registro de preços**, conforme abaixo relacionado:

OBJETO: futura e eventual aquisição de produtos de lavanderia hospitalar, que serão utilizados pelo setor da saúde; produtos de limpeza automotiva, que servirão para manutenção dos veículos da frota municipal; e produtos de limpeza pesada, destinados a todos os setores públicos.

Valor total máximo da proposta: R\$ 148.116,10 (cento e quarenta e oito mil, cento e dezesseis reais e dez centavos).

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, ou ainda pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou e-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br.

Jussara, 30 de março de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 44 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 139/2022

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representado por seu Prefeito Municipal Sr. **ROBISON PEDROSO DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 1.128.343-7 SSP-MG e CPF nº 007.100.699-01 e de outro lado a empresa **MAX CESTAS.COM LTDA**, CNPJ nº 41.651.458/0001-98, situada na Rua das azaleias, nº 2033, CEP nº 87.060-022, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal, Senhor **JOSE ERONDY RIBEIRO DE CAMPOS**, inscrito no CPF sob nº 451.615.269-04, e portador do RG sob nº 3.468.297-6, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 139/2022 de 26/10/2022, identificador nº 2642 na Modalidade de Pregão Presencial Nº 64/2021-PMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
Prorrogando-o pelo período de 30/03/2023 à 30/07/2023

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
As demais cláusulas do contrato inicial de 26 de outubro de 2022 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 30 de março 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL	MAX CESTAS.COM LTDA JOSE ERONDY RIBEIRO DE CAMPOS
---	--

CONTRATANTE **CONTRATADO**

Testemunhas:

Josué Vieira dos Santos RG: 8.213.882-0	Regina Rinaldi Silva CPF: 045.091.359-71
---	--

SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ASSOCIADO AO CONSÓRCIO PÚBLICO CISP/PR
RUA SÃO JANUÁRIO, 124 – JARDIM MODELO - CEP: 87225-000 - FONE/FAX: (44) 3635-1751
CNPJ/MF: 80.909.658/0001-50 - E-MAIL: licitacao@samaejapura@gmail.com
JAPURÁ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2023
LICITAÇÃO Nº 7/2023 – PREGÃO Nº 4/2023
CONTRATANTE: SAMAE DE JAPURÁ
CONTRATADO: Raj Indústria e Pavimentações Ltda – CNPJ 25.244.319/0001-93
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para fornecimento de asfalto Frio ensacado – CBUQ (sacos de 25 Kg) e asfalto – CBUQ, fornecido a granel (tonelada) para uso do **SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ - SAMAE**.

VALOR GLOBAL: R\$ 67.140,00 (Sessenta e Sete Mil, Cento e Quarenta Reais).

PRazo DE VIGÊNCIA: A vigência será de **365 dias (Trezentos e Sessenta e cinco dias)**, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2023

ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA
DIRETOR DO SAMAE

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114 e 3644-1100
Site: www.saomanoel.doparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoel.doparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO: Nº 07/2023 - PMSMP
DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2023.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.810.581/0001-80, com sede na Rua do Leão, nº 42, Bairro Alto da Glória, CEP: 80.030-180, Telefone: (41) 3313-4300, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

ORIGEM: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL Nº 30/2020 – PMSMP e CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2020 - PMSMP.

OBJETO: O presente termo tem como objeto alterar as seguintes cláusulas do contrato original:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Da Cláusula Quinta – Do Valor e Forma de Pagamento: "O valor original do contrato será acrescido em R\$ 53.225,78 (cinquenta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos). Deste modo o valor global do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2020 - PMSMP que era de R\$ 537.252,80 (quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), passa a ter o valor de R\$ 585.483,38 (quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos). Permanecendo a taxa em 2,2%, conforme contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta licitação correrão a conta dos recursos orçamentários do Município de São Manoel do Paraná, através dos recursos da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente através da Lei Orçamentária sob nº 31/2022 de 29/11/2022, que decorre das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta licitação correrão a conta dos recursos orçamentários do Município de São Manoel do Paraná, através dos recursos da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente através da Lei Orçamentária sob nº 31/2022 de 29/11/2022, que decorre das seguintes dotações orçamentárias:

03.002.04.122.0001.2007.3.3.90.30.0250
03.003.24.151.0001.2008.3.3.90.30.0285
03.004.04.122.0001.2009.3.3.90.30.0330
06.001.12.365.0003.2017.3.3.90.30.0800
06.001.12.365.0003.2018.3.3.90.30.0875
06.002.12.361.0003.2012.3.3.90.30.0900
07.001.08.244.0004.2025.3.3.90.30.1260
08.001.20.605.0005.2028.3.3.90.30.1405
09.001.22.661.0006.2029.3.3.90.30.1445
10.001.10.301.0007.2033.3.3.90.30.1645
11.001.18.541.0008.2037.3.3.90.30.1905
12.001.27.812.0010.2039.3.3.90.30.1980
12.002.13.392.0010.2040.3.3.90.30.2040

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Cláusula Décima Primeira – Da Vigência: "As partes de comum acordo decidem prorrogar o prazo de vigência por 03 (três) meses, de 01/04/2023 à 30/06/2023, permanecendo os mesmos valores originais com respaldo no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam alteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Termo Aditivo.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Pago Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 30 de março de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ: 75.381.228/0001-78
PRACA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE/FAX: (044) 3607-1280
E-MAIL: prefeitura@saotome.pr.gov.br
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 31/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, Estado do Paraná, torna público que às 09:00 do dia 17/04/2023, fará realizar na Prefeitura Municipal de São Tomé, à Praça Professor Pedro Fecchio, 248, **Tomada de preços**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

- **OBJETO:** Constitui objeto desta Licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NA RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESTRUIDA/ DANIFICADA POR DESASTRE (COBERTURA DO ESTÁDIO MUNICIPAL ALFREDO TORRANO), ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PROCESSO Nº 59053.008751/2022-15

VALOR MÁXIMO – O valor máximo para a aquisição é de R\$ 173.222,26 (Cento e Setenta e Três Mil, Duzentos e Vinte e Dois Reais e Vinte e Seis Centavos).

O Critério de julgamento será o menor Menor Preço.

O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias úteis, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 044 3607-1280.

São Tomé, 30/03/2023.

KARINE STTOCO NASCIMENTO
Presidente da Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114 e 3644-1100
E-mail: compras@saomanoel.doparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INTROITO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPRESSÃO ELETRÔNICA A LASER, DE CARNÊS DE IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2023 DESTA MUNICÍPIO".

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e, a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGAR** a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações em conformidade com o Parecer Jurídico e fulcro legal no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, que decidiu pela **Dispensa de Licitação nº 34/2023 - PMSMP de 22/03/2023, ADJUDICANDO** assim o objeto em favor da empresa **MSYS TECNOLOGIA LTDA - EPP**, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 25.136.828/0001-36 com sede na Rua Neo Alves Martins, nº 064, Sala 03 sobrelaje, Zona 03, CEP: 87.050-110, Telefone: (44) 9 9919-2000, na cidade de Maringá - PR, autorizando a contratação no valor global de R\$ 2.340,30 (dois mil, trezentos e quarenta reais e trinta centavos).

Pago Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 27 de março de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original assinado)

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114 e 3644-1100
Site: www.saomanoel.doparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoel.doparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INTROITO: "DESPEZA DESTINADA AO RÁTEO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE 40 TONELADAS DA MASSA ASFALTICA PMF – D FAKA E DER (PRE MISTURADO A FRIO DENSO) E DE 100 LITROS DE EMULSÃO RR - 1C".

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93e, a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGAR** a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações em conformidade com o Parecer Jurídico e fulcro legal no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, que decidiu pela **Dispensa de Licitação nº 36/2023 - PMSMP de 27/03/2023, ADJUDICANDO** assim o objeto em favor do **CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE NOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ – CINDEPAR**, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrita no CNPJ sob nº 18.273.727/0001-08, com sede à Rua Rodolfo Bernadelli, nº 305, Casa 01, Jardim Imperial, CEP: 86.730-000, na cidade de Astorga - PR, no valor global R\$ 17.563,00 (dezesete mil, quinhentos e sessenta e três reais).

Pago Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 29 de março de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

<p>CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Av. Indaiápolis, 1.035, centro CEP: 87215-000 Telefone: (44) 3644-1283 e-mail div_social@saomanoeledoparana.pr.gov.br São Manoel do Paraná - PR</p> <p>ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 01/2023</p> <p>A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO MANOEL DO PARANÁ no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal 16/2010, Lei Municipal 009/2023 e Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA Nº 231, de 28 de dezembro de 2022, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028, que reger-se-á de acordo com a legislação pertinente e disposto neste edital.</p> <p>1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:</p> <p>1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pelas Leis Municipais 16/2010 e 015/2013 e Resolução nº 002/2023 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Manoel do Paraná, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público em toda etapa do certame.</p> <p>1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio, universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 01 de outubro de 2023, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2024.</p> <p>1.3. Obedecendo os dispositivos da lei municipal 015/2013 - "Art. 32. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos em sufrágio direto, secreto e não obrigatório, pela população local".</p>	1
--	---

<p>1.4. Os eleitores deverão apresentar título de eleitor no ato na votação.</p> <p>1.5. A lista dos nomes dos eleitores deverá ser solicitada ao Cartório Eleitoral de Cianorte, bem como a uma eletrônica.</p> <p>1.6. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, torna pública o presente Edital, nos seguintes termos:</p> <p>2. DO CONSELHO TUTELAR:</p> <p>2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida, recondução por novos processos de escolha.</p> <p>2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos arts. 18-B, par. único/º, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pelas Leis Municipais 16/2010 e 015/2013;</p> <p>2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Manoel do Paraná visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes do colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;</p> <p>2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 231, DE 28 DE dezembro de 2022, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de Chapas ou qualquer vinculação política.</p> <p>3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:</p> <p>3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 28 da Lei Municipal 16/2010, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:</p>	2
---	---

<p>a) Idoneidade moral, comprovada através de certidões negativas das Varas Cíveis e Criminais, Juizado Especial Cível e Criminal, Cartório Distribuidor da Comarca de Cianorte.</p> <p>b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;</p> <p>c) Comprovante de que reside no município há mais de 02 (dois) anos, informando o endereço da residência e do trabalho, bem como telefones e e-mail para contatos;</p> <p>d) Comprovar estar no gozo de seus direitos políticos, através de certidão da Justiça Eleitoral.</p> <p>e) Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão do ensino médio;</p> <p>f) Possuir Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículo automotor, no mínimo na categoria "B";</p> <p>g) Comprovar conhecimentos básicos de computação através de certificados ou matrícula e frequência junto à escola de computação;</p> <p>h) O Conselho Tutelar eleito não poderá exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta federal, estadual e municipal. No ato de inscrição, o candidato deverá assinar Termo de Compromisso, por escrito, de RENUNCIAR ao cargo comissionado ou eletivo, antes da posse, se estiver exercendo tais funções;</p> <p>i) Apresentar Certificado de participação em curso, seminário, palestras, referentes a temas do Estatuto da Criança e do Adolescente ou comprovar exercício de atividade laboral com crianças e adolescentes;</p> <p>j) Apresentar atestado médico comprobatório de pleno gozo de saúde física e mental.</p> <p>k) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);</p> <p>l) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar;</p> <p>3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da inscrição da candidatura.</p> <p>4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:</p> <p>4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades durante o horário previsto no art. 29, 30 e 31 da Lei Municipal nº 015/2013 para o</p>	3
--	---

<p>funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreviaço, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;</p> <p>4.2. O valor do vencimento corresponderá ao valor de: R\$ 2.593,98 (dois mil, e noventa e três reais e noventa e oito centavos), sendo reajustado de acordo com reajuste anual dos servidores municipais;</p> <p>4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar um servidor municipal, conforme art. 6º da Lei Municipal 015/2013, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:</p> <p>a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;</p> <p>b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais;</p> <p>c) O Conselho Tutelar poderá exercer outra atividade laborativa, desde que este labor não venha prejudicar o exercício da função de Conselheiro Tutelar, tais como, incompatibilidade com horário da escala de serviço e regime de plantão, hipótese em que, se eleito, será exonerado do cargo.</p> <p>5. DOS IMPEDIMENTOS:</p> <p>5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, conviventes, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inclusive os sobrinhos) inclusive, conforme previsto no art. 140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 231, do CONANDA;</p> <p>5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o outro ficará como suplente. Todavia, estarão impedidos de exercer o mandato em qualquer período ao mesmo tempo, devendo ser chamado o próximo da lista.</p> <p>6. NÃO PODERÁ PARTICIPAR DO PROCESSO DE ESCOLHA:</p> <p>a) Aqueles que não preencham as exigências previstas na Lei Federal nº 8.069 de 1990 e neste edital;</p>	4
---	---

<p>5.4. Entende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.</p> <p>6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:</p> <p>6.1. A comissão eleitoral constituída nos termos do art. 16, §6º da Lei Municipal 16/2010, compete coordenar o presente processo de escolha.</p> <p>6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:</p> <p>a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;</p> <p>b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;</p> <p>c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;</p> <p>d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;</p> <p>e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;</p> <p>f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;</p> <p>g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;</p> <p>h) Escolher e divulgar o local de votação e apuração de votos;</p> <p>i) Divulgar o resultado oficial da votação;</p> <p>j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;</p>	5
---	---

<p>k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação da população local no processo de escolha dos Conselhos Tutelares.</p> <p>6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.</p> <p>7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:</p> <p>7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;</p> <p>7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:</p> <p>a) Inscrições e entrega de documentos;</p> <p>b) Relação de candidatos inscritos;</p> <p>c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;</p> <p>d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;</p> <p>e) Dia e local de votação;</p> <p>f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;</p> <p>g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações;</p> <p>h) Termo de Posse.</p> <p>8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:</p> <p>8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciará-se pela inscrição por meio de requerimento impresso e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;</p> <p>8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na Secretaria Municipal de Assistência Social – Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Manoel do Paraná, à Avenida</p>	6
---	---

<p>Indaiápolis, 1.035, no período de 31/03/2023 a 28/04/2023, das 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.</p> <p>8.3. As inscrições serão realizadas mediante requerimento do candidato em formulário próprio, fornecido pela COMISSÃO ELEITORAL, devendo apresentar no ato da inscrição os documentos relacionados no Item 3 do presente Edital, além da Carteira de Identidade ou documento equivalente com foto e uma foto 3x4 colorida.</p> <p>8.4. Não será aceita a inscrição ante a falta ou inadequação de qualquer dos documentos exigidos neste edital.</p> <p>8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fe e contrafe;</p> <p>8.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;</p> <p>8.7. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.</p> <p>8.8. A Presidente da Comissão Eleitoral poderá solicitar ao Prefeito Municipal a cessão de funcionários públicos municipais, da área de ação social ou requisitar a presença de membros do CMDCA, para auxiliar no trabalho de inscrições de candidatos e demais atos necessários ao bom andamento do processo eleitoral, inclusive no dia da eleição.</p> <p>8.9. A Presidente da Comissão Eleitoral deverá solicitar ao Prefeito Municipal o fornecimento de alimentação às pessoas que trabalharão durante todo dia da eleição (café da manhã, almoço e jantar).</p> <p>8.10. A Presidente da Comissão Eleitoral deverá requisitar ao Comando da Polícia Militar, efetivo de policiais para dar segurança nos locais de seções eleitorais.</p> <p>9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:</p> <p>9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 10(diez) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos devidamente inscritos;</p>	7
--	---

<p>9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 48 horas, após a publicação referida no item anterior, o qual poderá impugnar a candidatura.</p> <p>10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:</p> <p>10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, cabendo indicar elementos probatórios Art.115 2º Resolução nº231/2022 CONANDA , bem como qualquer candidato, cuja inscrição não tiver sido defendida, poderá apresentar recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada e com provas.</p> <p>10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 48 (quarenta e oito) horas, começando a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar sua defesa;</p> <p>10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, bem como dos candidatos impugnados recorrentes, podendo solicitar a quaisquer dos interessados a produção de documentos e outras provas do alegado;</p> <p>10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 05(cinco), contados do término do prazo para apresentação de defesas pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação ou recurso;</p> <p>10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em Data Unificada;</p> <p>10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;</p> <p>10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05(cinco) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir julgamento.</p> <p>10.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia de toda</p>	8
---	---

<p>documentação, enviada mediante ofício, ao Ministério Público da VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.</p> <p>10.8. Constatada a ausência de documento indispensável à inscrição, ou ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito ou, se eleito for, será exonerado do cargo, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.</p> <p>10.10. Cópia integral de todas as etapas do certame deverá ser encaminhado ao Ministério Público da Vara da Infância e Adolescente (área cível), mediante ofício ou entregue pessoalmente.</p> <p>11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:</p> <p>11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;</p> <p>11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vínculo;</p> <p>11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10.8 deste Edital;</p> <p>11.4. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ao meio ambiente ou perturbem a ordem pública ou particular;</p> <p>11.5. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmaras de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;</p> <p>11.6. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral</p>	9
--	---

<p>designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;</p> <p>11.7. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas, que deverão ser de forma pólida e respeitosa.</p> <p>11.8. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (carro de som, jornal, rádio ou televisão), bem como fornecimento de brindes, tais como, camisetas, bonês, canetas, etc. Também é vedada a propaganda através de faixas, bandeiras, pinturas, outdoors e outros meios não previstos neste Edital, seja em propriedade pública ou privada.</p> <p>11.9. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataques pessoal contra os concorrentes.</p> <p>11.10. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição (distribuição de "santinhos", "boca de uma", transporte de eleitor, fornecimento de alimentação, etc), em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;</p> <p>11.11. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo ou judicial no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>11.12. Toda a propaganda será fiscalizada pela Comissão Eleitoral, que determinará a imediata suspensão ou cessação da propaganda que violar essas regras, devendo ser comunicado o Ministério Público da Vara da Infância e Adolescente para adoção das medidas legais que entender pertinentes.</p> <p>11.13. Em caso de propaganda abusiva, vedada ou proibida, a Comissão Eleitoral expedirá ofício ou requerimento ao Ministério Público da Vara da Infância e Adolescente, o qual providenciará a imediata instauração de procedimento administrativo investigativo específico, onde será apresentada a representação por escrito e a indicação das provas, notificando o candidato a apresentar defesa e provas, no prazo de 02 (dois) dias. Não impede que o Ministério Público adentre com a medida judicial cabível.</p>	10
---	----

<p>11.14. Vencido o prazo acima referido, com ou sem a apresentação de defesa, a Comissão Eleitoral designará data para realização de sessão específica para instrução e decisão do caso, que deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias.</p> <p>11.15. O candidato representado será notificado pessoalmente ou via telegrama, da data da sessão, bem como identificado com uma vez proferida a decisão, terá o prazo de 01 (um) dia para apresentar recurso.</p> <p>11.16. Se houver testemunhas a serem ouvidas, primeiro serão ouvidas as indicadas na representação e das de interesse da comissão, sendo por último as arroladas pela defesa. Por fim, será inquirido o representado pela comissão eleitoral.</p> <p>11.17. Após instruídas a comissão eleitoral deverá proferir decisão, sendo aplicadas as seguintes sanções:</p> <p>I - advertência, para os casos de propagandas abusivas;</p> <p>II - cassação da candidatura do representado ou impedimento de diplomação, em casos de propagandas proibidas ou vedadas, bem como aqueles que reincidirem na propaganda abusiva.</p> <p>11.18. Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 01 (um) dia, contado a partir da publicação da decisão, a qual será fixada na sede do local onde foi feita a inscrição, bem como na SA SEDE DO CONSELHO TUTELAR.</p> <p>11.19. O recurso pode ser interposto tão logo proferida a decisão, por simples pedido verbal do representado, consignado em ata junto a Comissão eleitoral.</p> <p>11.20. O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente designará sessão extraordinária para julgamento do recurso interposto, no prazo de 48 horas, notificando o representado da data, local e horário da reunião. A decisão será tomada por maioria de votos, direto e secreto, dos conselheiros que não participaram da comissão eleitoral. Em caso de empate, o Presidente do Conselho CMDCA dará o voto de desempate.</p> <p>11.21. Todas as notificações serão feitas pessoalmente, devendo ser consignado nos autos. Não sendo localizado o representado, tal será certificado nos autos e a notificação far-se-á por telegrama a ser enviado à sua residência.</p>	11
---	----

<p>11.22. Será assegurado ao representado o contraditório e a ampla defesa, inclusive através de Advogado.</p> <p>11.23. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;</p> <p>12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:</p> <p>12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de São Manoel do Paraná, realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 231/2022 do CONANDA;</p> <p>12.2. O local de votação será na colégio estadual Duque de Caxias, sito a Rua dos Índios, neste Município;</p> <p>12.3. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;</p> <p>12.4. As mesas receptoras de votos deverão lavar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada urna;</p> <p>12.5. Após a identificação do eleitor que se fará por meio do título ou de qualquer documento público com foto, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;</p> <p>12.6. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;</p> <p>12.7. O candidato eleitor votará em apenas um candidato;</p> <p>12.8. Será também considerado inválido o voto: nulo e branco.</p> <p>12.9. Na ocorrência de qualquer inconformismo, deverá o candidato impugnar de imediato, de forma oral, sob pena de preclusão, o que ficará consignado em ata.</p> <p>12.10. Concluída a apuração dos votos e decididas as eventuais impugnações, a Comissão Eleitoral concluirá a lavratura da ata, onde deverá constar tudo sobre a votação e apuração (data, local e horário do início da apuração, nomes de algumas pessoas presentes ao ato, nomes dos candidatos e respectivo número de votos recebidos, bem como todos os incidentes eventualmente ocorridos), colhendo as assinaturas dos membros da Comissão Eleitoral,</p>	12
---	----

<p>mediários, escrutinadores, candidatos presentes, representante do Ministério Público, fixando cópia da totalização dos votos na sede do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.</p> <p>12.11. Concluída a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação.</p> <p>12.12. Em caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que apresentar maior número de certificados em cursos de capacitação de conselheiro tutelar ou certificado em participação de seminários, palestras, cursos referentes a temas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Se ainda assim houver empate, vencerá o mais idoso.</p> <p>12.13. Até dois dias após a apuração, a comissão eleitoral através de resolução, homologará o resultado definitivo do processo eleitoral, enviando cópia a promotoria de justiça da vara da infância e adolescente, prefeito municipal, câmara de vereadores, delegado de polícia, comando da polícia militar e poder judiciário.</p> <p>13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:</p> <p>São regras obrigatórias para os candidatos ao cargo de conselheiro tutelar durante o período eleitoral:</p> <p>a) A divulgação da candidatura será permitida somente através da distribuição de pequenos folhetos impressos, sendo vedado outdoor, bandeiras, faixas, caveletes, adesivos, pichações, pinturas em muros residenciais ou fachadas comerciais/industriais, bem como em bens de uso público ou de uso comum.</p> <p>b) É proibido distribuição de camisetas, bonês, canetas ou outros brindes, visando coibir o abuso do poder econômico;</p> <p>c) Serão consideradas abusivas as propagandas que atentarem contra princípios éticos ou morais ou que atentarem contra a honra subjetiva de qualquer candidato;</p> <p>d) É proibida qualquer forma de aliciamento de eleitores no dia da votação, seja na forma de "Boca de Urna", distribuição de propaganda, oferecimento de alimentação ou de qualquer vantagem , quer seja realizado pelo candidato, quer por pessoa a ele vinculada;</p>	13
---	----

<p>e) É proibido realizar propaganda de qualquer espécie no dia da votação;</p> <p>f) É expressamente vedado aos candidatos ou a pessoas a estes vinculadas, transportar, patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação;</p> <p>g) É expressamente vedado ao candidato, durante seus discursos ou abordagem ao eleitor, mencionar que está vinculado ou recebendo apoio de qualquer autoridade pública municipal, estadual ou federal.</p> <p>13.1. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas indicadas no item 11 do presente edital, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado o registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborarem;</p> <p>13.2. Caberá a Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:</p> <p>14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará ampla divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, os nomes do nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.</p> <p>15. DA POSSE:</p> <p>15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2024, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90 e Art.12 § 5 da Resolução nº 231/2023.</p> <p>15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.</p> <p>15.3. No primeiro semestre o Presidente do Conselho Tutelar será aquele que</p>	14
---	----

<p>obtiver a maior votação.</p> <p>15.4. Depois, a cada seis meses, os próprios conselheiros tutelares escolherão seu presidente, em reunião e ser provida pelo conselheiro mais idoso, em voto direto e secreto, a ser escolhido pela maioria.</p> <p>16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:</p> <p>16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual;</p> <p>16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90, resoluções do CONANDA e na Lei Municipal 16/2010 e 015/2013.</p> <p>16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;</p> <p>16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados previamente perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo o desenrolar do processo eleitoral, ficando à sua custa, cópia do processado, assim o desajar.</p> <p>16.5. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;</p> <p>16.6. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.</p> <p>16.7. O Cronograma em anexo ao presente poderá sofrer alterações, caso haja necessidade detectada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão Especial Eleitoral, do que se publicará com antecedência</p> <p>Publique-se.</p>	15
---	----

<p>São Manoel do Paraná, 30 de março de 2023</p> <p>Cecília Gomes Ciriani Presidente do CMDCA</p> <p>ANEXO</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Av. Indaiápolis, 1.035, centro CEP: 87215-000 Telefone: (44) 3644-1283 e-mail div_social@saomanoeledoparana.pr.gov.br São Manoel do Paraná - PR</p>	16
--	----

<p>Calendário Referente ao Edital nº 001/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Manoel do Paraná</p> <table> <tr> <td>1- Publicação do Edital</td><td>31/03/2023</td></tr> <tr> <td>2- Prazo das inscrições</td><td>31/03/2023 a 28/04/2023</td></tr> <tr> <td>3- Prazo para análise dos requerimentos de inscrição</td><td>02/05/2023 a 12/05/2023</td></tr> <tr> <td>4- Publicação da lista dos candidatos com inscrição deferida</td><td>31/04/2023</td></tr> <tr> <td>5- Prazo para recurso/impugnação de inscrição</td><td>31/04/2023 a 30/05/2023</td></tr> <tr> <td>6- Análise dos recursos/impugnações pela Comissão Eleitoral</td><td>29/05/2023 a 02/06/2023</td></tr> <tr> <td>7- Divulgação do resultado dos recursos/impugnações e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética</td><td>09/06/2023</td></tr> <tr> <td>8- Prazo para recurso à Plenária do CMDCA</td><td>12/06/2023 a 16/06/2023</td></tr> <tr> <td>9- Julgamento de recursos pelo CMDCA</td><td>16/06/2023 a 23/06/2023</td></tr> <tr> <td>10- Divulgação dos resultados dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética</td><td>06/07/2023</td></tr> <tr> <td>11- Reunião para firmar compromisso</td><td>30/07/2023</td></tr> </table> <p>O CMDCA, por meio de sua Comissão Especial deverá realizar reunião com os candidatos, habilitados para fins dar conhecimento formal das regras do processo de escolha, os quais firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local, Arts. 5º, I e art. 9º, parágrafo único da Lei 231/2022 CONANDA.</p> <p>12- Dia de votação</p>	1- Publicação do Edital	31/03/2023	2- Prazo das inscrições	31/03/2023 a 28/04/2023	3- Prazo para análise dos requerimentos de inscrição	02/05/2023 a 12/05/2023	4- Publicação da lista dos candidatos com inscrição deferida	31/04/2023	5- Prazo para recurso/impugnação de inscrição	31/04/2023 a 30/05/2023	6- Análise dos recursos/impugnações pela Comissão Eleitoral	29/05/2023 a 02/06/2023	7- Divulgação do resultado dos recursos/impugnações e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	09/06/2023	8- Prazo para recurso à Plenária do CMDCA	12/06/2023 a 16/06/2023	9- Julgamento de recursos pelo CMDCA	16/06/2023 a 23/06/2023	10- Divulgação dos resultados dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	06/07/2023	11- Reunião para firmar compromisso	30/07/2023	01/10/2023
1- Publicação do Edital	31/03/2023																						
2- Prazo das inscrições	31/03/2023 a 28/04/2023																						
3- Prazo para análise dos requerimentos de inscrição	02/05/2023 a 12/05/2023																						
4- Publicação da lista dos candidatos com inscrição deferida	31/04/2023																						
5- Prazo para recurso/impugnação de inscrição	31/04/2023 a 30/05/2023																						
6- Análise dos recursos/impugnações pela Comissão Eleitoral	29/05/2023 a 02/06/2023																						
7- Divulgação do resultado dos recursos/impugnações e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	09/06/2023																						
8- Prazo para recurso à Plenária do CMDCA	12/06/2023 a 16/06/2023																						
9- Julgamento de recursos pelo CMDCA	16/06/2023 a 23/06/2023																						
10- Divulgação dos resultados dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	06/07/2023																						
11- Reunião para firmar compromisso	30/07/2023																						
13- Divulgação do resultado da votação	01/10/2023																						
17- Posse e Diplomação dos Eleitos	10/01/2024																						

São Manoel do Paraná, 30 de março de 2023

Cecília Gomes Ciriani
Presidente do CMDCA

 17 |

<p>CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ Estado do Paraná Av. Indaiápolis, 888 - Fone/Fax (044) 3644-11147 CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná E-mail: camara@saomanoeledoparana.pr.gov.br CNPJ - 01.309.021/0001-56</p> <p>TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AJUIZAMENTO</p> <p>INTROITO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA COBRIR DESPESAS DE PAGAMENTO DE TARIFAS E MANUTENÇÃO DAS CONTAS DO LEGISLATIVO".</p> <p>ANTONIO CARLOS DINATO, Presidente do Legislativo Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93, e a Lei Orgânica do Município;</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Com fundamento no inciso VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, HOMOLOGO a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação e em conformidade com o Parecer Jurídico em futuro legal no artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, que decidiu pela inexistência de Licitação no Processo nº 007/2023 - CAGUP de 14 de março de 2023, AJUIZANDO assim o objeto em favor CAIZA ECONOMICA FEDERAL, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0569-16, situada na Avenida Marechal, nº 12, bairro Zona 01, CEP 87.200-246, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, autorizando a contratação no valor global de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).</p> <p>São Manoel do Paraná, em 21 de março de 2023.</p> <p>ANTONIO CARLOS DINATO Presidente do Legislativo (Original Assinado)</p>	18
--	----

<p>IPTU 2023</p> <p>O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ INFORMA QUE JÁ ESTÁ DISPONÍVEL O CARNE DE IPTU 2023</p> <p>PAGAMENTO À VISTA COM DESCONTO DE 10% ATÉ DIA 10.04.2023</p> <p>OU PARCELADO EM 8 VEZES.</p> <p>IPTU 2023</p> <p>PAGAR OS TRIBUTOS EM DIA E CONTRIBUIR PARA UMA CIDADE MELHOR. SÃO TOMÉ</p>	19
---	----

Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ 17.381.174/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICHO, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP - 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 - RETIFICAÇÃO 1

Art. 1º - O Prefeito Municipal de São Tomé - PR, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que há as seguintes alterações no Edital de Concurso Público Nº 001/2023, conforme abaixo discriminado:

I - RETIFICAR a carga horária dos cargos abaixo relacionados passando a vigorar conforme segue:

CARGO	C/H	VAGAS	VENCIMENTO	REQUISITOS MÍNIMOS
Psicólogo	40	1+CR	4.004,34	70,0 pontos
Psicólogo	40	1+CR	4.004,34	10,0 pontos
Técnico em Higiene Dental	40	2,0	2,0	16,0 pontos
Técnico em Higiene Dental	40	2,0	2,0	4,0 pontos

II - RETIFICAR a valoração das questões da prova escrita objetiva dos cargos constantes nos itens 7.1, e 7.2 do Edital de Abertura passando a vigorar conforme segue:

7.1. Para os cargos de Agente de Limpeza, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Instrutor de Educação Física, Médico Clínico Geral II, Médico Veterinário II, Nutricionista, Odontólogo II, Professor, Professor de Educação Infantil e Psicólogo a avaliação consistirá de prova escrita objetiva de caráter eliminatório e Prova de Títulos. A prova escrita objetiva será composta por 35 (trinta e cinco) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	05	3,5	17,5 pontos
Conhecimentos Gerais	05	2,0	10,0 pontos
Língua Portuguesa	05	2,0	10,0 pontos
Matemática	02	2,0	4,0 pontos

7.2. Para os cargos de Agente de Combate a Endemias, Atendente de Apoio da Rede Municipal de Saúde, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, a avaliação consistirá de prova escrita objetiva de caráter eliminatório e Prova de Títulos. A prova escrita objetiva será composta por 35 (trinta e cinco) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	05	3,5	17,5 pontos
Conhecimentos Gerais	05	2,0	10,0 pontos
Língua Portuguesa	05	2,0	10,0 pontos
Matemática	02	2,0	4,0 pontos

REGISTRE-SE. PUBLICAR-SE E COMPRAZ-SE.

São Tomé - PR, 30 de Março de 2023.

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de quem trata

Assinatura de


Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 67225-000, Japurá-Paraná.
Fone: (44) 3655-1321; Fax: (44) 3655-1309 - E-mail: ajapurapm@pm.ja.pr.gov.br e atendimento@gmail.com
CNPJ: 75.783.140/0001-59

AVISO DE LICITAÇÃO
EXCLUSIVO ME/EP/MEI - LOCAL
LICITAÇÃO Nº 53/2023
PREGÃO Nº 37/2023 - ELETRÔNICO - SRP

O MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO QUE ÀS 08:30 HORAS DO DIA 26/04/2023, FARÁ REALIZAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, J.A.V. BOLIVAR, 363, PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICA ABAIXO:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DESTACADO A REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORTINAS CORTA LUZ COM LÂMINAS DE CORES VARIADAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JAPURÁ.


O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O MENOR PREÇO Por Item.

VALOR MÁXIMO - R\$ 34.240,00 (Trinta e Quatro Mil, Duzentos e Quarenta Reais).

O EDITAL ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEÇÃO DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA MUNICIPAL EM DIAS ÚTEIS NO HORÁRIO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS ou via **BOLSA DE LICITAÇÕES e LEILÕES** (www.bll.org.br) INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE (44) 3635-1327 OU (44) 3635-1690, PELO E-MAIL licitajapuram@gmail.com.

JAPURÁ, 30/03/2023

ELY DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Av. São José, 459 – Fone 343684 1206

CMDCA


ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 01/2023

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE GUAPORAEM/PR, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 742/2016 e Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA o Processo de Escolha em data unificada para os membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028, que reger-se-á de acordo com a legislação pertinente e o disposto neste Edital.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

- 1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como, pela Lei Municipal 742/2016 de Guaporaem, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalizado pelo Ministério Público;
- 1.2. Os membros do Conselho Municipal serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 01 de outubro de 2023, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2024, conforme orientação do Ministério Público da Comarca de Cidade Gaúcha PR;
- 1.3. Poderão votar todos os eleitores após a partir de 16 (dezesseis) anos, conforme relação emitida e atualizada pelo Cartório Eleitoral da Comarca de Cidade Gaúcha dos cidadãos residentes em Guaporaem e devidamente habilitados para tanto;
- 1.4. A lista dos nomes dos eleitores deverá ser encaminhada à presidência da Comissão Eleitoral até o dia 11 de setembro de 2023 ou conforme data disponibilizada pelo Cartório Eleitoral da Comarca de Cidade Gaúcha, devendo ter ciência dos nomes dos eleitores os candidatos ao cargo de conselheiro tutelar;

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**
Guaparema - Paraná
Av: São José, 459 – Fone 43684 1206

CMDDCA

terceiro grau (leis e sobrinhas), inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA;

5.3-Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, consideram-se-a eleito aquele que tiver maior votação, sendo que o outro ficará como suplente. Todavia, estarão impedidos de exercer o mandato em qualquer período ao mesmo tempo, devendo ser chamado o próximo da lista.

5.4- Não se poderá participar do Processo de Escolha:


a) Aqueles que não tiverem preenchido as exigências previstas na Lei Federal nº 8.069 de 1990 e neste edital.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, institui a Comissão Especial Eleitoral para a organização e condução do presente Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo o protocolo ao impugnante;
- notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação dos candidatos, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Guaporã – Paraná
Av. São José, 459 – Fone 443684 1206

CMDCA

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação ou defesa.

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em uma lista Unificada;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao Plêniário do CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir julgamento.

10.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia de toda documentação, enviada mediante ofício, ao Ministério Público da VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.


10.9. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do enquadramento das fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

10.10. Cópia integral de todas as etapas do acerto deverá ser encaminhada ao Ministério Público da Vara da Infância e Adolescente (área específica), mediante ofício e entregue pessoalmente.

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa local, dar ampla divulgação ao processo de escolha, desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, e os locais de votação, bem como, a distribuição de informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas

**CMDCA**

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Guaaporém – Paraná
Av. São Jose, 459 – Fone 433684 1206

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, apelidos e números dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavar as mãos segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação do eleitor que se fará com a apresentação da Carteira de Identidade ou outro documento com foto, este assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;


b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da Comissão Eleitoral;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

12.11. A votação poderá ser realizada por Urna Eletrônica, caso o município disponha em tempo hábil, para utilização no dia da eleição. Sendo que se for utilizado dessa forma, ocorrerá o resultado conforme orientação do Ministério Público Federal e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná – TRF-PR.

12.12. Encerrada a votação, proceder-se-á de forma pública a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade da comissão eleitoral e fiscalização do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude.

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente – CMDCA**
Guaporema – Paraná
Av. São Jose, 459 – Fone 443684 1206

CMDCA

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia de votação, 01 (um) representante por local de votação, visando acompanhar a criação de urnas, decorrer da votação e apuração dos votos.


16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA.


16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.


Guaporema, 31 de março de 2023.


Laiz Zolin
Presidente do CMDCA

BASTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	EXERCÍCIOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EXERCÍCIOS ANTERIORES	31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(b-d)
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


JOSÉ ROBERTO MASCHIO
PRESIDENTE DA CAMARA


FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES
TESOUREIRO (A)


WESLEY ADRIANO FONZAR DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC/PR-066754/O
CRC: CRC/PR-066754/P


ALECSANDRO MARCEL DE ORNELAS
CONTROLE INTERNO

BALANÇO PATRIMONIAL
Balanco Anual
Câmara Municipal de Indianapolis

Exercício 2022

Página: 1

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBITOS CONTAS		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ALMOXARIFADO		0,00	0,00
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		84.130,47	84.130,47
IMOBILIZADO		84.883,47	84.130,47
BENS MOVIS		84.883,47	84.130,47
BENS MOVIS-CONSOLIDAÇÃO		84.883,47	84.130,47
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		15.143,00	5.840,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS		4.112,00	2.860,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS		8.188,00	0,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		2.850,00	2.850,00
BENS DE INFORMÁTICA		34.436,00	34.435,00
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		34.436,00	34.435,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		33.036,00	33.041,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		373,00	373,00
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO		17.284,00	17.284,00
MOBILIÁRIO EM GERAL		12.882,00	12.882,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		899,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		955,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS		3.393,00	3.393,00
OUTROS BENS MÓVEIS		3.393,00	3.393,00





PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
REPERTECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RESULTADOS ACUMULADOS	31.622,91	3.351,35
RESULTADO DO EXERCÍCIO	37.000,00	(9.359,00)
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.524,56	10.280,26
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.622,91	3.351,35
	86.683,67	66.126,69

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO*	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	54.430,47	54.132,47	PASSIVO PERMANENTE	53.490,56	50.859,11
SALDO PATRIMONIAL				37.872,97	3.327,30

Saldo em Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	Nº	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBÍVEIS A EXECUTAR		5,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS A RECEBER		5,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		5,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		5,00	0,00
TOTAL:		4,90	0,00

Saldo das Ativa Passíveis Passivas			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Saldo do Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DERIVAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LÍBERAR		0,00	0,00
DERIVAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		28.646,14	75.121,85
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		28.646,14	75.121,85

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00	0,00
64 Relações em Câmbio Contingíveis	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Notas Explicativas		
 JOSÉ ROBERTO MASCHIO PRESIDENTE DA CAMARA	 FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA TESOUREIRO (R)	 WESLEY ADRIANO FONZAR DE OLIVEIRA CONTADOR CRC/PR-068754/O CRC: CRC/PR-068754/P
 ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS CONTROLE INTERNO		

Unidade gestora: Câmara Municipal de Indianópolis					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2022	Balanco Anual	Data de 14/03/2023	Página: 1		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Operacional (I)	0,00	0,00	Despesa Operacional (VI)	851.803,29	634.126,76
Outras	0,00	0,00	Obrigações	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.385.906,95	1.392.000,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	536.196,87	757.773,24
Recursos Interadministrativos (III)	137.551,17	97.777,25	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	137.551,17	102.457,25
Saldo em Espécie de Exercício Anterior (IV)	0,00	4.680,00	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	4.680,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00	Restos a Pagar	0,00	0,00
TOTAL (X) = (I+II+III+IV)	1.523.558,12	1.496.857,25	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.025.551,53	1.494.407,25
Notas Explicativas					
<p>JOSÉ ROBERTO MASCHIO PRESIDENTE DA CAMARA</p> <p>FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA TESOUREIRO (A)</p> <p>WESLEY ADRIANO FONSECA DE OLIVEIRA CONTADOR CRC/PR-066754/O CRC: CRC/PR-066754/P</p> <p>ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS CONTROLE INTERNO</p>					

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO: 2022	PERÍODO (MÊS): DEZEMBRO	DATA EMISSÃO: 14/03/2023	Página: 1
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		1.412.287,80	1.382.583,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGÓRIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	0,00
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIÁIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELOCAÇÕES RECEBIDAS		1.389.599,95	1.392.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.389.599,95	1.392.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELOCAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		22.257,84	0,00
REVALUAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		22.257,84	0,00
REVERSAO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS		0,00	0,00
REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		1.394.556,25	1.398.923,90
PESSOAL E ENCARGOS		621.962,18	648.667,80
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		598.094,12	647.423,87
ENCARGOS PATRONAIS		193.491,66	96.948,43
BENEFÍCIOS A PESSOAL		13.406,37	19.295,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.620,00	0,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		4.620,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		166.672,83	92.498,64
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		12.513,18	9.013,55
SERVIÇOS		166.189,45	85.484,41
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		38.194,77	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIÁIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		38.194,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELOCAÇÕES CONCEDIDAS		536.196,87	757.773,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		536.196,87	757.773,24
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELOCAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESAVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVALUAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - DMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		0,00	0,00
PREMIATÓRIAS		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		27.761,55	(1.823,90)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		20.353,00	2.050,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00

Notas Explicativas			
<p>JOSÉ ROBERTO MASCHIO PRESIDENTE DA CAMARA</p> <p>FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA TESOUREIRO (A)</p> <p>WESLEY ADRIANO FONSECA DE OLIVEIRA CONTADOR CRC/PR-066754/O CRC: CRC/PR-066754/P</p> <p>ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS CONTROLE INTERNO</p>			

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2022		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO	DATA EMISSÃO: 14/03/2023	Página: 1
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	1.480.123,30	1.486.777,25
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.486.123,30	1.486.777,25
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.389.599,95	1.392.000,00
Recursos Extraorçamentários	90.123,36	97.777,25
DESEMBOLSOS	1.480.123,30	1.494.487,25
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	637.052,89	628.598,23
LEGISLATIVA	637.052,89	628.598,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Encargos Monetários da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Encargos Monetários da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	873.070,43	865.889,02
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intergovernamentais	244.750,40	110.311,56
Transferências Financeiras Concedidas	536.196,87	757.773,24
Pagamentos Extraorçamentários	90.123,36	97.777,25
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	(4.683,90)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	0,00	(4.683,90)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	0,00	4.683,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	0,00	0,00
Notas Explicativas		
<p>JOSÉ ROBERTO MASCHIO PRESIDENTE DA CAMARA</p> <p>FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA TESOUREIRO (A)</p> <p>WESLEY ADRIANO FONSECA DE OLIVEIRA CONTADOR CRC/PR-066754/O CRC: CRC/PR-066754/P</p> <p>ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS CONTROLE INTERNO</p>		

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314 CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camarin@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ	CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314 CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camarin@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - EXERCÍCIO 2022	
1. APRESENTAÇÃO	
A Câmara Municipal de Indianópolis, Órgão Público da Administração Direta, Poder Legislativo do Município de Indianópolis, Estado do Paraná.	
A organização da Câmara Municipal de Indianópolis e o funcionamento de seus serviços são regulados pela Lei Orgânica do Município de Indianópolis e pelo Regimento Interno do próprio Poder.	
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às seguintes normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público:	
• As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;	
• O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria do Orçamento Federal (SOF) nº 117/2021.	
• A estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante aos dispositivos constantes da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e das demais normas técnicas aplicáveis.	
As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas compoem o Processo de Prestação de Contas da Câmara Municipal a ser apreciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema de Gestão Pública, apresentando informações desta Unidade.	
As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas tem como objetivo fornecer informações sobre a gestão do patrimônio público da Câmara e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2022, trazendo esclarecimentos sobre a posição e as mutações do patrimônio da entidade, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Municipal, particularizadas pelos dados do Poder Legislativo de Indianópolis - PR, sendo compostas por:	
• Balanço Patrimonial (BP);	
• Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);	
• Balanço Orçamentário (BO);	
• Balanço Financeiro (BF);	
• Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).	
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	
A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Câmara Municipal, considerando as opções e as premissas do modelo PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público), as quais norteam a elaboração destas Notas Explicativas, que são parte integrante das Demonstrações Contábeis.	
3.1. ATIVO CIRCULANTE	
3.1.1. Moeda Funcional	
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Município. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.	
3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa	
Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato.	
3.1.3. Créditos a curto prazo	
3.2. ATIVO CIRCULANTE	
3.2.1. Imobilizado	
O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito a depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.	
Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.	
3.2.2. Intangível	
Os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução do valor recuperável (impairment).	
Na Câmara Municipal ainda não foram iniciados trabalhos para realizar a avaliação dos bens patrimoniais, inclusive os intangíveis.	
3.2.3. Reavaliação e ou Redução ao Valor Recuperável	
De acordo com o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, diversos fatores podem fazer com que o reconhecimento de um ativo não corresponda ao seu valor justo. Assim, se após o reconhecimento inicial de uma classe de ativo imobilizado a entidade adotar esse modelo de mensuração é necessário que periodicamente esses bens passem por um processo visando adequar o seu valor contábil.	
A Câmara Municipal ainda não realizou a levantamento dos bens patrimoniais para que, posteriormente, quando oportuno, seja realizada a reavaliação dos bens.	
3.2.4. Depreciação, Amortização e Exaustão	
A depreciação, amortização e exaustão são aplicáveis a bens patrimoniais que possuem sua vida útil limitada.	
Em não havendo levantamento dos bens patrimoniais e políticas para sujeitar-se a esses métodos, não é possível aplicar depreciação, amortização e/ou exaustão.	
3.2.5. Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários	
A Câmara Municipal adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com o terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.	

[illegible]

PRACA CARUARANA, 442 - CENTRO - CEP 87.235-000 FONE/FAX (41) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-MAIL: caruarana@igmail.com
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Destas forma, resta claro, pela Câmara, a assunção das atividades, benefícios, riscos e o controle do bem móvel que utiliza para realização das gestões administrativas e legislativas do órgão.

Destaca-se que, por não haver regulamentação e o levantamento de avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais e, no referido documento, não constar o valor atribuído ao edifício cedido, não é possível demonstrar o saldo na classe específica.

5.2.4. Intangível

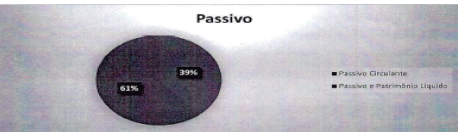
Neste grupo não há registro de bens intangíveis, ou seja, bens incorpóreos capazes de oferecer benefícios para a entidade.

Contudo, na existência, existem os softwares contratados de terceiros que se enquadram no conceito para que seja realizado a mensuração, evidenciando e amortização. Cabe a regulamentação.

5.3. Passivo Circulante

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Passivo Circulante, em 31/12/2022, fechou com valor de R\$ 53.460,56, representando 61% do Passivo e Patrimônio Líquido, tendo apresentado um decréscimo de R\$ 7.348,56 em relação ao valor registrado em 31/12/2021.




Componente	Porcentagem
Passivo Circulante	61%
Passivo e Patrimônio Líquido	39%

Passivo

61% 39%

- Passivo Circulante
- Passivo e Patrimônio Líquido

www.indianopolis.pr.gov.br

 **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRA**
Praça Cararamã, 442 – Centro – CEP 07.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camamun@itapira.sp.gov.br
INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ

8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:


- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obtive recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.


Indianópolis – PR, 30 de março de 2023.


JOSÉ ROBERTO MACHADO
Presidente


VALDEIR ADRIANO FONZARI DE OLIVEIRA
Diretor


FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA
Tesorreiro

ALEXANDRO MANOEL DE ORENAS
Controlador Interno

	Prefeitura Municipal de São Tomé		
	C.N.P.J. 25.381.176/0001-29 PRACA PROFESSOR PEDRO FIECHCO, 248 - FONE / FAX: (0044) 3607-1280 E-MAIL: prefeitura.saotome@gmail.com CEP. 87320-900 - SAO TOMÉ - PRÂNIA		
	<p style="text-align: center;">AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</p>		
<p>PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2023</p>			
<p>OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM, ANO/MODELO 2023/2023, UTILITÁRIO COM CARROCERIA TIPO PICK-UP, ATRAVÉS DO CONVÊNIO SEAB Nº 070/2022 E CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO PLANO DE TRABALHO.</p>			
<p>ABERTURA: A abertura do certame será às 09:01 da noite em 19/04/2023.</p>			
<p>Plataforma/Local: https://comprasbr.com.br/</p>			
<p>O edital completo está disponível no site: www.saotome.pr.gov.br. Informações complementares poderão ser adquiridas na Praça Professor Pedro Fiechco, 248, Setor de Licitações, Fone: (44) 3607-1280.</p>			
<p>São Tomé-PR, 30 de Março de 2023.</p>			
<p>OCÉLIO CESAR FERREIRA LEITE <i>Prefeito Municipal</i></p>			

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná

Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 644-1114 e 644-1100.
Site: www.saomanueldo paraná.pr.gov.br e-mail: compras@saomanueldo paraná.pr.gov.br
CEP F 7115-900 São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 08.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INTROITO: "CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ETIQUETA PARA O CONTROLE PATRIOMIAL".

O Prefeito Municipal **AGNALDO TREVISAN**, do Município de São Manoel do Paraná, Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGAR** a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações em conformidade com o Parecer Jurídico e futuro edital no artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.669/93, que decidiu pela Dispensa de Licitação nº 58/2023 - "PMSP" de 29/03/2023, **ADJUDICANDO** assim o objeto em favor da empresa **COMPUFIS SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP**, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº: **05.004.477/0001-69**, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 2516, Bairro Cristo Rei, CEP: 08.045-090, telefone: (41) 3016-3120, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, autorizando a contratação no valor global de **R\$ 1.975,90** (Um mil e novecentos e setenta e cinco reais).

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 29 de março de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
CNPJ 15.751.278/0001-29
PRACA PROFESSOR PEDRO TECCEDOR - 308 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
e-mail: prefeitura@saotome@gmail.com
CEP 87220-000 SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA N° 3.029/2023

OCELO CESAR FERREIRA LEITE, Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica alterada a redação do Art. 1º da Portaria 3.027/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1 - Fica concedida férias regulamentares do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal JOAO JUSTI, referente ao período de trabalho compreendido entre 02/04/2022 a 01/04/2023, para serem gozadas entre os dias 10/04/2023 a 09/05/2023."

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.



OCELO CESAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL